

# A SOBERANIA BRASILEIRA, A GRÃ-BRETANHA E A QUESTÃO DO ESCRAVISMO DURANTE A GUERRA DO PARAGUAI: um caso de Contraineligência<sup>1</sup>

Miguel Alexandre de Araujo Neto<sup>2</sup>

## Resumo

*Este artigo busca demonstrar que a Grã-Bretanha não cessou de pressionar as elites brasileiras, após a quebra de relações diplomáticas de 1863, com vistas a adotar medidas que pusessem um fim ao sistema escravista. Essa pressão aparenta haver tomado a forma de uma ação invasiva, encoberta como propaganda pela livre imigração, e teria sido contida pela liderança militar brasileira entre 1867 e 1869.*

Desde o início do processo político que produziu a proclamação (1822) e o reconhecimento (1826) da Independência brasileiros, a extinção do regime de trabalho escravo no Brasil foi, para a Grã-Bretanha, uma prioridade. A diplomacia britânica condicionou seu apoio à causa nacional à assinatura de compromissos mediante os quais a gradual extinção da escravidão fosse assegurada (BETHELL, 1970, p. 1-61).

A primeira etapa consistiu em abolir o tráfico transatlântico. Um tratado foi firmado em 1826 estipulando o ano de 1830 como a data limite para o Brasil cessar o tráfico. A partir de 7 de novembro de 1831, de acordo a lei promulgada nessa data, todos os escravos trazidos para o País estariam legalmente livres (BETHELL,

1970, p. 69). As autoridades brasileiras, no entanto, não lograram adotar medidas eficazes para que a lei fosse cumprida.

O tráfico, então, robusteceu. O período posterior a 1831 assistiu a um ingresso recorde de africanos no mercado brasileiro. Em resposta, a Inglaterra adotou legislação atribuindo a si mesma poderes para reprimir militarmente o tráfico (o *Aberdeen Act*, de 1845). Cinco anos mais tarde, com a Lei Eusébio de Queirós, o Brasil finalmente extinguiu de fato a entrada de mão-de-obra cativa proveniente do continente africano.

As pressões inglesas, a partir de então, foram concentradas sobre o cumprimento dos termos do acordo de 1826, forçando o Brasil a adotar medidas que

<sup>1</sup> O presente artigo foi publicado em língua inglesa pela Sociedade de Estudos Hiberno-Latino Americanos (SILAS), no periódico *Irish Migration Studies in Latin America*, Zurique, v. 4, n. 3, p. 115-132, jul. 2006. Disponível em: <[http://irlandeses.org/0607\\_115to132.pdf](http://irlandeses.org/0607_115to132.pdf)>. Acesso em: jul. 2006.

<sup>2</sup> Mestre em Estudos Latino-Americanos/ História, University College, Londres.

resultassem no fim da escravidão (GRAHAM, 1979, p. 59-127). Esta nova fase foi encerrada em 1863, com o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, após o bloqueio naval do porto do Rio de Janeiro, em 31 de dezembro de 1862. Tal medida extrema foi tomada pelo então Ministro Plenipotenciário William Christie (1816-1874), que exigiu reparações exorbitantes pelo sinistro de um navio inglês no litoral sul brasileiro, cuja carga fora roubada, e pela prisão de marinheiros ingleses embriagados, no Rio de Janeiro.

***A comoção política de julho de 1868 foi grave o bastante para provocar o rompimento do equilíbrio da vida política e partidária nacional.***

As relações anglo-brasileiras foram reatadas em 1865, já durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Acredita-se que a partir de então a Inglaterra teria abandonado seus propósitos de persuadir, ou forçar, o Brasil a abolir a escravidão. A visão mais comum é a de que o assunto foi deixado a cargo dos brasileiros, mantendo-se neutra a diplomacia inglesa (CONRAD, 1972, p. 74-75).

Outros autores sustentaram a tese, grandemente disseminada em toda a América Latina, incluindo o Brasil, de que a prioridade britânica havia passado a ser a eliminação de um perigoso exemplo de auto-suficiência econômica e política na região do Prata: o Paraguai de Francisco Solano López (1827-1870). Para isso, teria manipulado as nações da Tríplice Aliança (Argentina, Uruguai e Brasil) de modo a atingir esse objetivo e preservar

sua hegemonia comercial e estratégica na bacia do Prata (CHIAVENATO, 1979).

Pesquisadores de destaque, porém, demonstraram de modo preciso e claro que a tese acima, segundo a qual a Inglaterra teria sido a grande instigadora e beneficiária da Guerra do Paraguai, não tem embasamento consistente. Ao contrário do que se pensava, a Inglaterra na verdade tentou, por meio de seu embaixador na Argentina (Thornton), impedir a eclosão do conflito, iniciado sem dúvida pelos paraguaios em dezembro de 1864 (DORATIOTO, 2002, p.85-111).

De toda forma, não se discute se a Inglaterra tomou medidas para levar adiante seu propósito de acabar com a escravidão no Brasil, depois de 1863. A única menção à continuidade dessa política aparenta ser a asserção de Richard Graham (1979, p. 67-68) indicando não ser muito conhecido

[...] o fato de que a Inglaterra continuou a fazer pressão sobre o governo de D. Pedro II, nas décadas de 1850 e 1860, até que o Brasil manifestou a firme decisão de pôr fim à escravatura. Enquanto a lei que libertava os filhos dos escravos nascidos depois de 28 de setembro de 1871 é habitualmente considerada o primeiro indício de uma campanha abolicionista, na realidade foi a conclusão da fase britânica da história [...].

De fato, a Guerra do Paraguai foi um período em que houve intensa pressão pelo solapamento das bases do sistema escravista, por meio do ingresso livre, espontâneo, massivo, de mão-de-obra européia. E o principal veículo da propaganda da liberalização da política imigratória brasileira foi o jornal *The Anglo-Brazilian Times*, fundado no Rio de Janeiro em inícios de 1865 pelo irlandês

William Scully (1810?-1884). Esse órgão de imprensa foi, em 1868, nada menos que o pivô da maior crise político-partidária do Segundo Reinado (1840-1889), como será visto a seguir.

A desagregação do regime monárquico brasileiro começou em 16 de julho de 1868. Nesse dia, por intervenção do Dom Pedro II (1825-1891), o conservador Joaquim José Rodrigues Torres (1802-1872), Visconde de Itaboraí, foi designado Primeiro-Ministro, em substituição ao *progressista* Zacarias de Góes e Vasconcelos (1815-1877), chefe do *Gabinete 3 de agosto*, formado em 1866. Era o fim do terceiro, e último, mandato do Conselheiro Zacarias.

O 3 de agosto detinha maioria parlamentar legítima, liberal e progressista. Os progressistas eram uma dissidência do Partido Conservador, de católicos radicais, chamados ultramontanos (NEVES; MACHADO, 1999, p. 213-226; VIEIRA, 1980, p. 32-38). Suas prioridades residiam na extinção das prerrogativas político-religiosas do Imperador, que faziam dele verdadeiro chefe do catolicismo brasileiro. Graças a instituições luso-brasileiras (o Padroado e o Beneplácito), normas emanadas do Vaticano só tinham validade no País com a aprovação do Monarca. Zacarias era um político de formação religiosa conservadora, ultramontano e líder da coalizão com os liberais.

A compatibilidade entre essas correntes divergentes estava na perspectiva de ingresso livre no Brasil de imigrantes europeus. Para os ultramontanos, um rebanho ampliado poderia contrabalançar o poder religioso do Imperador, além de impedir os imigrantes protestantes de virem a ser maioria em terras brasileiras

(VIEIRA, 1980, p. 245). Tanto o Papado como seus legítimos representantes no Brasil, assim, apoiariam iniciativas voltadas para a liberalização de nossa política imigratória.

A comoção política de julho de 1868 foi grave o bastante para provocar o rompimento do equilíbrio da vida política e partidária nacional. Bosi (1999, p. 222) observa que a historiografia “[...] é unânime em assinalar o ano de 1868 como o grande divisor de águas entre a fase mais estável do Segundo Império e a sua longa crise que culminaria, vinte anos mais tarde, com a Abolição e a República”.

A proclamação de um Manifesto e a fundação do primeiro partido republicano ocorreriam apenas dois anos após 1868. Em 1873 seria fundado o Partido Republicano Paulista (BELLO, 1976, p. 16-18). Nas duas décadas seguintes, vários outros movimentos, entre os quais o abolicionismo e a expansão do positivismo (especialmente nas Forças Armadas), concorreram para produzir o fim da Monarquia no Brasil. Logo, não é nenhum exagero afirmar que a queda do *Gabinete 3 de Agosto* foi o momento histórico desencadeador do processo que resultaria na Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889.

A crise de julho de 1868 teve relação direta com a Guerra do Paraguai. A condução brasileira (e depois conjunta) das operações militares da Tríplice Aliança, sob as ordens do general Luís Alves de Lima e Silva (1803-1880), então Marquês de Caxias, fora duramente criticada na imprensa liberal. As notas mais ásperas vieram de William Scully, em seu *Anglo-Brazilian Times* de 7 de janeiro daquele ano.

Os ataques levaram Caxias a pedir sua renúncia, em fevereiro de 1868. Coube então ao Imperador optar por: 1) preservar a Chefia Suprema das forças militares brasileiras, e aliadas, em guerra, ou 2) conservar o *Gabinete 3 de Agosto*. Dom Pedro II determinou-se a manter o general e Zacarias foi afastado, em 16 de julho, usando-se como pretexto a nomeação do conservador Francisco de Sales Torres Homem (1812-1876), do Rio Grande do Norte, para uma vaga no Senado (VIEIRA, 1980, p. 248-250). Desfeito o ministério, sob clamores de indignação, novas eleições comporiam nova maioria, desta vez conservadora. A *derubada* subsequente afastaria dos cargos públicos os servidores e as autoridades nomeados pelo governo anterior.

***Caso a Inglaterra tenha de fato aplicado recursos em propaganda abolicionista, feita por um periódico não-oficial estabelecido no Rio e dedicado à promoção da imigração livre, teria operado uma mudança de estratégia em seu relacionamento com o Brasil.***

Batista Pereira (1975, p.36-38), Sérgio Buarque de Holanda (1972, p.7-13 e 95-104), Brasil Gerson (1975, p.127-131), Wilma Peres Costa (1996, p. 251-254) e Francisco Doratioto (2002, p.334-339) apontam o *Anglo-Brazilian Times* como o principal órgão da oposição liberal a Caxias. De acordo com o dono do jornal,

o general brasileiro estava velho demais para derrotar o Paraguai. Em alusão à Roma republicana, Caxias seria, no dizer do irlandês, um “*Cincinnatus* septuagenário”. Também o acusava de prolongar a guerra “por tanto tempo quanto for permitido ao País desperdiçar recursos”. Em seu entender, as armas favoritas do líder militar eram “*gold bags*” (evocando uma imagem de trincheiras guarnecidas por “sacos de ouro”). A lentidão com que as operações vinham sendo conduzidas, à época do cerco a Humaitá, aparentava ser proposital.

As acusações, graves, são de improbidade e corrupção. Todavia, esses aspectos das críticas não são enfatizados, ainda que se reconheça nelas, em seu todo, o motivo da crise desencadeadora do declínio do Segundo Reinado. Além disso, em quase todas as fontes secundárias não há menção às várias atividades em que o editor irlandês esteve envolvido anteriormente.

A impressão que fica da leitura dos autores citados acima é a de que o *Anglo-Brazilian Times* surgiu na cena política brasileira de 1868 como um relâmpago, em um céu azul anil. Mas William Scully, seu fundador, aparenta ter chegado ao Rio de Janeiro em 1861, quando montou na Rua da Candelária uma escola, para lecionar caligrafia e vender canetas caligráficas<sup>3</sup>. Obteve da Coroa (pelo Decreto nº 3.293, de 25 de julho de 1864) a concessão para operar uma casa de banhos de ar quente. Depois, em 1865, no Rio de Janeiro estabelece o *Anglo-Brazilian Times*, cujas bases de apoio funcionavam em Londres e também em Liverpool. Fechou o jornal em 1884, após vinte anos de publicação incessante, indo morrer na França (na cidade de Pau).

<sup>3</sup> A edição de 1862 do Almanak Laemmert traz a propaganda das canetas vendidas por Scully. Disponível em: <<http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/almanak/al1862/00001298.html>>. Seu nome e endereço estão na página 478. Nos almanaques dos anos anteriores não há menções a ele. Logo, pode-se deduzir que o futuro proprietário do *Anglo-Brazilian Times* chegou ao Brasil em 1861.

É natural presumir que a vinda de Scully para o Brasil e o estabelecimento de seu jornal, posteriormente, tenham recebido algum apoio da Coroa Britânica. Lembro que o trabalho de Francisco Otaviano de Almeida Rosa (1825-1889) à frente do *Correio Mercantil* fora secretamente subvencionado pela Legação Britânica, fato destacado por Bethell (1970, p. 313) e Gueiros Vieira (1980, p. 90). Isso permite supor que Scully, um liberal católico, seria uma espécie de agente encoberto, a serviço das elites liberais britânicas e desempenhando uma ação invasiva.

E bem-sucedida. Significativamente, Zacarias admitiu a Caxias, em carta, subsidiar as atividades de Scully (PINHO, 1930, p. 86-88). A Coroa era assinante do jornal e os artigos de Scully eram publicados na imprensa brasileira. Isso torna claro que o dono do *Anglo-Brazilian Times* era influente. Seu discurso e ações eram acompanhados de perto pelas elites do Império. Assinada pelo Conselheiro Saraiva (1823-1895), circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 8 de agosto de 1865, endereçada a 18 embaixadores, notifica:

O editor do *Anglo-Brazilian Times*, periódico que se publica nesta capital, está por mim autorizado para remeter diretamente a V. Exa. um exemplar dele. O Governo Imperial paga esta assinatura e deseja que V. Exa. faça transcrever nos diários desse país os artigos de maior interesse que encontrar no referido periódico e cuja publicação aí nos possa ser de alguma utilidade na presente quadra. Reitero a V. Exa. as seguranças.

Caso a Inglaterra tenha de fato aplicado recursos em propaganda abolicionista, feita por um periódico não-oficial estabelecido no Rio e dedicado à promoção

da imigração livre, teria operado uma mudança de estratégia em seu relacionamento com o Brasil. O estilo aristocrático, agressivo, de sua política externa ("*gun-boat policy*," ou "política da canhoneira") estava sendo abandonado e o imperativo da extinção do trabalho escravo passaria a ser implementado, na capital do Império Brasileiro, por meio da propaganda jornalística. Logo, as linhas gerais da política britânica para o Brasil não teriam sofrido alteração de fundo, após 1863, e o fim da escravidão continuou a ser prioritário, com outro figurino. Esse, aliás, é um período de hegemonia dos liberais no Parlamento britânico, pontificado por William Gladstone (1809-1898).

Esta hipótese está embasada no próprio discurso de Scully, nas edições de seu jornal anteriores a 1868, e nas efetivas iniciativas visando a fomentar a imigração britânica no Brasil, entre 1866 e 1875. Três tentativas frustradas de promover o ingresso sustentado de irlandeses e ingleses no Brasil foram verificadas nesse período: em Brusque (Santa Catarina), em Cerro Azul (Paraná) e Cananéia, no litoral de São Paulo (MARSHALL, 2005).

Quanto à propaganda da liberalização da política imigratória, desde a primeira edição do *Anglo-Brazilian Times*, de 7 de fevereiro de 1865, essa proposta esteve presente. Sua divulgação aberta e enfática cresceu a cada número (o jornal era quinzenal). A idéia era simples: aumentar a oferta de mão-de-obra livre, na expectativa de tornar obsoleta a escravidão, desencadeando um processo que culminasse na abolição da escravatura. O governo brasileiro não acatou a idéia de liberalização, contudo, e a colonização

com imigrantes britânicos, por outro lado, foi um retumbante fracasso, que espelharia a resistência e retaliação nacionais a pressões abolicionistas de Londres (ARAUJO NETO, 2006).

A partir de 16 de julho de 1868 e da dissolução do *Gabinete 3 de agosto*, a iniciativa colonizadora na qual Scully estava mais diretamente envolvido ficaria desprovida de apoio político, material e financeiro, desfazendo-se em aproximadamente um ano. Esse foi o destino do assentamento de ingleses e irlandeses na Colônia Príncipe Dom Pedro, no vale do rio Itajaí-Mirim, em Santa Catarina (hoje área correspondente a Brusque).

A certeza do vínculo entre esse projeto de colonização e a propaganda de estímulo à livre imigração, fartamente veiculada no *Anglo-Brazilian Times* e logicamente identificada com a causa abolicionista, estaria na origem do fracasso daquela colônia. Havendo interesse institucional britânico no empreendimento, os imigrantes irlandeses e ingleses corresponderiam a uma potencial ameaça à soberania brasileira no equacionamento do problema da escravidão. Em 1869, após uma catastrófica estação chuvosa, a empreitada, que não agregava apenas irlandeses de procedência britânica, mas também confederados norte-americanos, franceses, italianos e outros, entraria em colapso (MARSHALL, 2005, p. 63-87; LAUTH, 1987). Feita a dispersão dessa primeira leva de imigrantes, a área seria unificada com a colônia de Itajahy e repovoada.

Quase simultaneamente, as outras investidas visando à promoção da imigração britânica eram iniciadas nas províncias do Paraná e de São Paulo. As colônias localizadas em Assunguy (hoje Cerro Azul, próximo a Curitiba) e em Cananéia, São Paulo, atraíram imigrantes britânicos, principalmente em Cerro Azul, na década de 1870, mas também resultaram em fracasso (MARSHALL, 2005, p.103-187). Hoje, encontram-se pouquíssimos descendentes dos escasos remanescentes das levas de colonos ingleses e irlandeses que foram destinados a essas áreas (MARSHALL, 2005, p.191-216). A partir de meados da década de 1870 a Grã-Bretanha decidiu proibir a emigração para experimentos colonizadores no Brasil, a exemplo de medidas similares adotadas por outros países europeus, como a Prússia, em 1859 (HOLANDA, 1982).

**... a defesa da soberania brasileira estava entrelaçada, estruturalmente, com a defesa do sistema escravista.**

Mesmo representando uma mudança tática na campanha antiescravista britânica, o discurso presente no *Anglo-Brazilian Times* não ocultava a tentativa de interferência no tratamento de um problema nacional, a questão escravista. As edições anteriores a 1868 contêm textos marcados por explícita agressividade e contundência, evidentes desde os primeiros meses da atividade editorial de Scully. Ele não soa como um jornalista independente, mas sim como alguém que, lastreado por uma força maior, busca

operacionalizar algo similar a uma verdadeira invasão. Essa pode ter sido a percepção, errônea ou não, da Coroa. E de Caxias. Não se pode esquecer que o Imperador era assinante do jornal de Scully, como foi mostrado acima.

A primeira página da edição de número 9 do *Anglo-Brazilian Times* (de 8 de junho de 1865), por exemplo, traz um balanço da promoção da imigração no Brasil, acompanhado de uma apreciação das possíveis conseqüências do problema da “falta de braços”, gerado pela crise do escravismo. Após exortar os leitores brasileiros a não temer ou menosprezar o imigrante europeu (“não são a escória desprezada por Deus que o preconceito e a ignorância brasileiros frivolamente assim consideram”), Scully assevera-lhes que “[...] sua posse sobre a população escrava está rapidamente saindo de seu controle” e que “[...] suas terras [...] não têm valor algum sem trabalhadores.” A seguir, afirma que os brasileiros

[...] devem recordar que com o imigrante europeu vêm progresso, riqueza, empreendimento e idéias avançadas, e que ele tem pleno direito de requerer, como condição de seu ingresso no país, igual consideração com os filhos da terra à qual vincularão suas fortunas.

Avaliando as políticas de ingresso de imigrantes, Scully observa que:

É verdade que o Brasil destina anualmente 600:000\$ [seiscentos contos] para o encorajamento da imigração – *em proveito de quem (cui bono)?* Os governos, geral e provincial, e particulares, têm estabelecido “colônias”, as quais “dirigem” e cercam de regulações. Desperdiçam seu dinheiro com estas plantas exóticas que mal vegetam sob o cuidado *paternal* de Diretores, Chefes de Polícia e Juizes de

Paz, ao passo que a imigração independente, que não pede subvenções, nem dispêndio com instrutores religiosos ou profanos, nem escolas agrícolas [...] e nem “diretores” assalariados; aquela que traria consigo inteligência, empreendimento, novas idéias e maquinário agrícola avançado, essa não recebe facilidades, nem informação, nem encorajamento.

Mais adiante, Scully joga com o medo de uma rebelião escrava:

[...] Não vêem os brasileiros que toda a sua prosperidade corre perigo, dependendo apenas da retenção de uns três milhões e meio de população negra na servidão; [...] que nenhuma confiança se pode depositar no escravo sem instrução quando ele deixa de ser compelido, à força, ao trabalho? [...] que a navegação comercial pluvial e as ferrovias [...] são um fracasso, por falta de gente ao longo das linhas? [...] Não vêem [...] o perigo de um segundo Haiti pairando no futuro, no isolamento fácil oferecido por montanhas, florestas e rios não navegáveis deste país vasto e fértil, mas sem estradas?

Prosseguindo, sua análise antecipa aspectos do pensamento geopolítico do século XX, no âmbito latino-americano:

[...] não vêem [os brasileiros] que, com as repúblicas expansionistas e belicosas que circundam o Brasil, cada uma das quais tendo muito a ganhar com o seu desmembramento, a integridade de sua existência [territorial] requer que o País se mantenha na dianteira em se tratando de população, riqueza, e progresso material, um resultado apenas possível com [...] imigração grande e contínua? Para chegar a esse resultado, que o governo e o povo brasileiros ofereçam boa recepção aos imigrantes estrangeiros. Que lhes seja proporcionada toda facilidade possível para se estabelecerem e que sejam poupados das restrições religiosas e irritante vigilância [...].

Finalmente, Scully defende o modelo norte-americano de imigração livre:

[...] Que sejam doadas ou vendidas a preços módicos terras do governo, em tratos entre 30.000 a 500.000 braças cada, apenas para lavradores de verdade. Que uma quantidade suficiente desses tratos, de fácil acesso, seja mantida sempre supervisionada e mapeada [...]. Que todo o encorajamento seja [...] envidado no sentido de se formar no Brasil sociedades como a de Saint George, em Nova Iorque, às quais imigrantes [...] pudessem solicitar ajuda e aconselhamento; e que se tomem medidas para disseminar o conhecimento sobre o Brasil na Europa Continental e na Grã-Bretanha.[...] Com estas e medidas similares e, talvez, imigração temporariamente assistida, juntamente com liberalidade do povo e governo, uma tal corrente de imigração seria induzida, firmando a prosperidade do Brasil sobre a única base sólida e segura – uma produtiva população *livre* e inteligente [...].<sup>4</sup>

A argumentação, em sua totalidade, deixa evidente uma estratégia visando à extinção do escravismo no Brasil por meio da imigração europeia em massa. Mas Scully não se limitara a isso. Logo nos primeiros números de seu jornal, anteriores ao de 8 de junho de 1865, ele brindou o público leitor com artigos bastante depreciativos sobre a vida política e cultural das elites brasileiras. Sua leitura facilmente conduziria à dedução de que suas iniciativas relativas à imigração contemplavam também uma extensa reforma na sociedade brasileira. Nesse sentido, seu discurso aparenta ter inspiração em Jeremy Bentham (1748-1832), fundador da corrente filosófica utilitarista.

A prática do clientelismo (“*patronage*”) seria então sarcasticamente deplorada por Scully. Segundo ele, o tempo de um ministro brasileiro era quase totalmente devotado à tarefa de encontrar empregos para amigos, parentes, apadrinhados e correligionários, ficando a labuta administrativa relegada a um segundo plano. Sumarizando o editorial de 24 de maio de 1865, pode-se ler no *Anglo-Brazilian Times* que “a vida de um Ministro brasileiro é uma vida de completa escravidão” (“[...] *the life of a Brazilian Minister is a life of downright slavery*”). Noutras palavras, o trabalho escravo seria um cancro, comprometendo de baixo para cima toda a sociedade, atingindo as elites.

Em outro editorial, de 8 de abril, Scully afirma que as novas gerações de brasileiros seriam trucidadas por uma onda de progresso, com a chegada em massa de imigrantes europeus:

[...] é verdade que o nosso jovem brasileiro não é inculto [...]. Não obstante, todos os seus estudos não têm um propósito, sua única perspectiva de vida está direcionada para o ‘*dolce far niente*’ de um emprego público [...]. As classes educadas do Brasil, através da indolência e do orgulho, abandonaram, em proveito do estrangeiro, mais utilitarista, a engenharia, a mineração, os ofícios, o comércio e a manufatura, e deixam de desenvolver os recursos e riquezas de seu maravilhoso País, até que a ciência aplicada de um estrangeiro empreendedor encontre o tesouro e o empregue em seu benefício.

<sup>4</sup> Scully (1868) elaborou um guia para o imigrante europeu, publicado duas vezes em Londres: *Brazil, its provinces and chief cities: the manners and customs of the people; agriculture, commercial and other statistics, taken from the latest official documents; with a variety of useful and entertaining knowledge, both for merchant and the emigrant.* (O editor da primeira publicação, de 1866, chamava-se Murray.)

Ao longo desse texto a ameaça é reiterada, sob ângulos diferentes:

[...] advertimos nossos jovens brasileiros que, se sofrerem uma degeneração e deixarem-se emascular por meio da indolência e desprezo pelo que é útil, muito em breve suportarão a mortificação de serem expulsos até mesmo de sua atual cidadela que é o serviço público por aquelas outras classes a cujos objetivos devotam tanto escárnio, tão logo as energias que proporcionam àqueles a sua riqueza sejam dirigidas para os pães e peixes do emprego público.

Para culminar, elogiando as vantagens da disciplina de Educação Física, Scully argumenta que a mesma, “[...] combinada com a ciência utilitária ocidental, faz de duzentos mil europeus os árbitros de duzentos milhões de habitantes dos climas indianos”. Os brasileiros deveriam se lembrar também de que “[...] Waterloo foi vencida em Eton e Harrow” (Eton e Harrow são duas tradicionais escolas do Reino Unido, voltadas para a educação de rapazes, e fundadas, respectivamente, nos séculos XV e XVI).

Nos três artigos citados é possível reconhecer em Scully, com uma antecedência de quase três anos em relação a 1868, o verdadeiro antagonista não só de Caxias mas também da vida política e social brasileira e da soberania nacional no trato da questão escravista. Em seu discurso, o expansionismo britânico vem articulado sobre um eixo ideológico liberalizante e utilitarista, mas também é evidente uma incontida vocação hegemônica e colonialista (a despeito das idéias louváveis de mérito, educação e exames competitivos).

Nesse quadro, a defesa da soberania brasileira estava entrelaçada, estruturalmente, com a defesa do sistema escravista. O Brasil rejeitaria aquela forma de expansionismo, e com ela, também as iniciativas britânicas no campo da imigração. Com esse fim, recorreu-se à *derrubada*, ou seja, o expediente segundo o qual apenas correligionários do partido no poder obtinham cargos públicos. Uma vez empossados, frustrariam os empreendimentos de seus opositores, liberais ou ultramontanos.

Estariam aí as razões mais profundas do 16 de julho de 1868. A ação invasiva de William Scully, supostamente um agente britânico, teria sido neutralizada por Caxias, por meio do imobilismo tático das tropas à época do cerco de Humaitá. Com sucesso, suscitou da imprensa liberal a reação acrimoniosa que o levou a entregar seu cargo ao Imperador, produzindo a posterior queda do 3 de Agosto. E impondo pesada derrota à política britânica antiescravista e ao Papado.

Ouso supor, finalmente, que a vitória e humilhação sobre interesses e diretrizes britânicos teriam deixado entranhada no inconsciente dos brasileiros a noção de que a prática do aparelhamento estatal (e do *fisiologismo*, por extensão), do clientelismo e do nepotismo os torna superiores.

## Referências

- ARAUJO NETO, Miguel Alexandre de. Great Britain, the Paraguayan war and free immigration in Brazil, 18162-1875. *Irish Migration Studies in Latin America*, Zurique, v. 4, n. 3, p. 115-132, jul. 2006. Disponível em: <[http://irlandeses.org/0607\\_115to132.pdf](http://irlandeses.org/0607_115to132.pdf)>. Acesso em: 12 jul 2008.
- BELLO, José Maria. *História da República, 1889-1954*: síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. 7.ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- BETHELL, Leslie. *The abolition of the Brazilian slave trade: Britain, Brazil and the slave trade question, 1807-1869*. London: Cambridge University Press, 1970. (Cambridge Latin American Studies, n. 6).
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CADERNO DO CHDD. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão/Centro de História e Documentação Diplomática. Brasília, ano 3, n. 4, 2004.
- CHIAVENATO, José Júlio. *Genocídio americano: a Guerra contra o Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- CONRAD, Robert. *The destruction of Brazilian slavery: 1850-1888*. Berkeley: University of California, 1972.
- COSTA, Wilma Peres. *A espada de Dâmoçles: o Exército, a Guerra do Paraguai e a crise do Império*. São Paulo: Hucitec, 1996. (Col. Estudos Históricos, vol. 23).
- DORATIOTO, Francisco F. Monteoliva. *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GERSON, Brasil. *A escravidão no Império*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- GRAHAM, Richard. *Politics and patronage in nineteenth century Brazil*. Stanford: Cal: Univ. Press, 1990
- \_\_\_\_\_. Os fundamentos da Questão Christie. In: \_\_\_\_\_. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Col. Debates, 146)
- \_\_\_\_\_. As causas da abolição da escravatura no Brasil. In: \_\_\_\_\_. *Escravidão, reforma e imperialismo*. São Paulo: Perspectiva, 1979. (Col. Debates, 146).
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Do Império à República. In: \_\_\_\_\_. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. t. 2, v. 5.
- \_\_\_\_\_. Prefácio. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- LAUTH, Aloisius Carlos. *A colônia Príncipe Dom Pedro: um caso de política imigratória no Brasil Império*. Brusque: Museu Arquidiocesano Dom Joaquim, 1987.
- MARSHALL, Oliver. *English, Irish and Irish-American pioneer settlers in nineteenth-century Brazil*. Oxford: Centre for Brazilian Studies, Oxford University Press, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira; MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- PEREIRA, Antônio Batista. *Figuras do Império e outros ensaios*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1975. (Col. Brasileira, vol. 1).
- PINHO, Wanderley. *Política e políticos no Império: contribuições documentais*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

A soberania brasileira, a Grã-Bretanha e a questão do escravismo...

SCULLY, William. Brazil, its provinces and chief cities: the manners and customs of the people, agricultural, commercial, and other statistics. 2. ed. London: Trübner, 1868.

THE ANGLO-BRAZILIAN TIMES: Social news. Rio de Janeiro, 1865-1884. (Exemplares da Biblioteca Nacional, RJ).

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1980. (Col. Temas Brasileiros).